



ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Renato Câmara e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lisFPFta de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Septuagésima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Oitenta e Quatro da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 26 e 27/2023, do Poder Executivo; Ofício nº 44.628/2023, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ofício nº 1.712/2023, do Ministério da Saúde – Distrito Sanitário Especial Indígena – Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.114/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Carta nº 2.417/2023, da Vivo Telefonía. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Lia Nogueira, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Junior Mochi, Zeca do PT, Renato Câmara, Rafael Tavares, Roberto Hashioka e Professor Rinaldo. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João César Mattogrosso, Pedrossian Neto, Rafael Tavares e Professor Rinaldo. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 20/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 67/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada aos familiares de Mário Lúcio da Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao segundo-sargento da Polícia Militar Alexandre Vera Ortiz e ao soldado da Polícia Militar Álvaro Vinícius Gomes de Moura; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada a Wenceslau Carlos de Oliveira, presidente da Acoa (Associação Campo-grandense de Orquidofilia e Ambientalismo), em nome de toda a organização, pelo grandioso evento da 16ª Exposição Nacional de Orquídeas, realizada neste fim de semana (11 a 13 de agosto) em Campo Grande; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para a realização da Sessão Solene alusiva ao Dia Estadual da Educação Superior em Mato Grosso do Sul, no dia 28 de agosto de 2023, às 14 horas; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia, para a realização de audiência pública com o tema: "Dia Mundial da Alimentação: Caminhos Para Uma Alimentação Saudável e Sustentável"; indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro,*



Marcio Fernandes, Junior Mochi, Renato Câmara e Zé Teixeira. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezessete de agosto do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Exercendo a Primeira-Secretaria, passo a palavra ao nobre vice-presidente, deputado Renato Câmara, para que possa fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, público presente que nos prestigia. Expediente da Sessão Ordinária do dia 22 de agosto de 2023: Ofício nº 168.0.073.0095/2023, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei visando a alterar a Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, e a Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.371/2023, do Ministério dos Transportes, respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro; E-mail do Ministério Público Federal de Ponta Porã, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT; Ofício nº 1212/2023, da Secretaria de Estado de Fazenda Mato Grosso do Sul, encaminhando os relatórios dos Termos de Fomento, Colaboração, Convênios e Termos Aditivos registrados pelo governo do estado, do mês de julho de 2023; E-mails da Funasa, respondendo às indicações dos deputados Renato Câmara e Jamilson Name; Ofícios nºs 873 a 875/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Lia Nogueira e Rafael Tavares; Ofício nº 1.130/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Junior Mochi; Ofício nº 2.492/2023, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares; Ofícios nºs 2.664 a 2.675, 2.677, 2.687 a 2.698/2023, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares, Pedro Kemp, Lia Nogueira e Neno Razuk; Ofícios nºs 2.789 e 2.813/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima e Professor Rinaldo; Ofício nº 1.495/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado João Henrique. Senhor presidente, o expediente da Sessão Ordinária do dia 22 de agosto de 2023 foi lido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, presidente, nobres pares, quem nos acompanha pela TV Alems. Faço a leitura de algumas indicações. A primeira é endereçada ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, com cópia ao diretor-presidente da Agesul e ao diretor-presidente do Detran, solicitando a implantação, em caráter de urgência, de sinalização vertical e horizontal na MS-141, a denominada Rodovia Paulo Rodrigues Santos, no trecho que liga os municípios de Naviraí a Ivinhema. Outra indicação vai para o governador do estado,

com cópia ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, solicitando estudo de viabilidade da criação e implantação da "Secretaria de Estado de Políticas Públicas da Mulher", visando a ampliar as ações atualmente desenvolvidas pela Subsecretaria de Políticas Públicas da Mulher, dando-se ainda mais eficácia na elaboração e execução de políticas públicas para a mulher, e compondo-se assim a unidade gestora da administração do governo do estado. Registro uma moção de congratulação a ser enviada à policial militar cabo Janaína Aureliano Marengo Borges, pela conquista da medalha de ouro no caratê, modalidade shiai kumitê, durante o prestigiado evento World Police and Fire Games, realizado em Winnipeg, no Canadá. E requeiro à Mesa o uso da tribuna na Sessão Ordinária de 24 de agosto de 2023, para que no tempo regimental ocorra o pronunciamento da senhora Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira, vice-presidente da Federação das Apaes de Mato Grosso do Sul, e coordenadora nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das Apaes, que fará a exposição do tema "Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla". Por fim, presidente, só quero agradecer a resposta da secretária Patrícia Cozzolino, da Assistência Social e dos Direitos Humanos, que nos informa que a secretaria já iniciou os estudos sobre a viabilidade da implantação do projeto de restaurantes populares, inclusive com mapeamento das principais experiências no país, além de metodologias, formatos, público alvo, parceiros, etc., em resposta à nossa solicitação. É o retorno, na verdade, dos restaurantes populares que tivemos à época do governo do nosso hoje colega Zeca do PT. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar aqui uma moção de aplauso à Rede Globo e à TV Morena, pela produção e exibição da matéria jornalística *A jornada da Vida - Pantanal*, nos dias 6 e 13 de agosto de 2023, durante o programa *Fantástico*. A moção poderá ser assim redigida: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, legítima representante das aspirações e ideais do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado Pedro Kemp, encaminha moção de aplauso à Rede Globo e à TV Morena pela produção e exibição da matéria jornalística *A Jornada da Vida - Pantanal*, nos dias 6 e 13 de agosto de 2023 durante o programa *Fantástico*. A matéria *A jornada da Vida - Pantanal* cumpriu um papel de extrema importância, porque colocou em evidência toda a beleza, exuberância e diversidade do bioma, especialmente do quanto este é frágil, demandando medidas de proteção. O documentário destacou o processo de renascimento depois das secas e dos incêndios que devastaram regiões do bioma, bem como alertou a sociedade quanto ao avanço do desmatamento e às alterações climáticas. No segunda parte do documentário, a expedição *A Jornada da Vida – Pantanal*, os repórteres Sônia Bridi e Paulo Zero percorrem paisagens majestosas, montanhas, jardins de vitória-régia, lagos de água cristalina e a serra do Amolar, área pouco conhecida dos brasileiros. Esta Casa de Leis parabeniza a todos os profissionais envolvidos, que produziram um excelente trabalho, que reforça ainda mais a necessidade de um grande movimento social em defesa e da preservação deste bioma rico e único no mundo." Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha, aqui e pela TV Assembleia. Trago hoje uma indicação ao senhor Euro Nunes Varani Júnior, superintendente do Dnit no estado de Mato Grosso do Sul, solicitando estudo de viabilidade técnica para a implantação de uma ciclovia na BR-376, no trecho que interliga os municípios de Fátima do Sul e Vicentina. Considerando que a construção de ciclovia é obra de baixo custo e que impacta positivamente na mobilidade da população que utiliza a bicicleta para trabalhar ou praticar exercícios físicos, o atendimento a essa proposição vai proporcionar melhores condições de segurança e bem-estar para os ciclistas e usuários da via. É um pedido de grande relevância para a população de Fátima do Sul e Vicentina, a região do nosso nobre decano Londres Machado. Outra indicação, ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo Filho, e ao secretário de Saúde, Maurício Simões Correia, solicitando estudo de viabilidade, e consequentemente de destinação de recursos, da implantação de sistema de energia fotovoltaica solar no Hospital Regional de Amambai. A presente proposição objetiva ampliar políticas que viabilizem a obtenção de energia inesgotável e 100% limpa, fator crucial para o desenvolvimento sustentável. A energia solar fotovoltaica é um conceito de energia alternativa, sustentável e totalmente renovável. A medida é importante porque vai gerar economia para os cofres públicos, na medida em que estes podem ser bem melhor empregados nos gastos finalísticos da saúde e não em contas ordinárias de manutenção da estrutura do prédio. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, e ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, solicitando a implantação de rede coletora de esgoto no município de Amambai, nas seguintes localidades: rua Tamarino Pimentel, Vila Crepusco I, próximo ao Parque da Cidade; Vila São Cristóvão; Vila Doriane; Vila São Luiz; Vila Panorama e Vilas Integradas. Essa indicação foi encaminhada ao nosso gabinete pela vereadora Janete Córdoba, de Amambai. A falta de coleta e tratamento de esgoto pode contribuir para a proliferação de inúmeras doenças e, tratando-se de uma medida de saúde pública, a medida proposta é de suma importância e com certeza vai proporcionar melhores condições de saúde e higiene para os moradores da região. Para encerrar minha fala no Pequeno Expediente, quero parabenizar a deputada Mara Caseiro (não está ainda no Plenário) pelo excelente evento realizado aqui ontem no Plenarinho, o Dia Lilás, realizado pela Escola do Legislativo, que tem à frente a presidente Mara Caseiro, do meu partido. Estavam aqui ontem mulheres representando o Ministério Público, mulheres que lidam dia a dia no enfrentamento à violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul. Já temos aí sete casos de feminicídio, precisamos dar um basta à violência; e ontem a Assembleia Legislativa teve um papel fundamental nesse debate. Aproveito também para parabenizá-lo, presidente, pelas ações que Vossa Excelência vem realizando no Agosto Lilás neste Parlamento, dando todas as condições para que a Comissão de Enfrentamento à Violência contra a Mulher possa realizar ações nesse sentido. É o que eu tenho por enquanto. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, apresento uma indicação a ser encaminhada ao governador do estado e ao secretário

de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, solicitando estudo de viabilidade para a implantação de programa de distribuição gratuita de ração para cães e gatos que estejam em acolhimento transitório nas dependências de abrigos de proteção animal, no estado de Mato Grosso do Sul. Registro também uma moção de congratulação ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul, em nome do presidente Tiago Fraga, pela inauguração da sede do CRMV/MS em Dourados, e pelos seus esforços em elevar as atividades do conselho para todo o estado, impulsionando e valorizando a medicina veterinária e zootecnia. Era só o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, agradecemos a presença de todos aqueles que nos prestigiam, imprensa e público em geral. Faço uso da palavra para apresentar um projeto de emenda constitucional. Vou colher as assinaturas, além da minha obviamente, dos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, titulares e suplentes. Trata-se de uma pequena alteração no texto constitucional, aliás de uma única palavra, uma recomendação feita inclusive na reunião de discussão que houve com a Fundação de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia aqui no estado, e uma proposição também da federação das fundações; a alteração é no nome da própria Fundect. Altera-se o artigo 42 do "Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul", substituindo o termo *apoio* por *amparo*, no contexto da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia, de forma que o dito artigo passa a vigorar com a seguinte redação: "O estado criará a Fundação de Amparo à Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (Fundect), destinando-lhe o mínimo de 0,5% de sua receita tributária, em parcelas mensais correspondentes 1/12 para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico." A emenda vai assinada pelos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, acatando uma orientação do sistema nacional, e também pelos seus respectivos suplentes. A distinção entre *apoio* e *amparo* ganha relevância no contexto das fundações, visto que as fundações de amparo têm a missão específica de financiar e estimular atividades ligadas à pesquisa científica e tecnológica, enquanto que as fundações de apoio oferecem assistência logística e administrativa a instituições de ensino e pesquisa. Assim, essa alteração contribuirá para uma definição mais clara e precisa do papel da Fundect em Mato Grosso do Sul... Também, senhor presidente, apresentamos duas moções de congratulação e duas indicações. Uma moção de congratulação é dirigida ao senhor Ademar de Souza Freitas, Sereníssimo Grão-Mestre da Sereníssima Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul; ao senhor David da Silva Ribeiro, eminente Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil de Mato Grosso do Sul; e ao senhor Bento Duailibi, Soberano Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil; em celebração ao Dia do Maçom, comemorado em 20 de agosto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Se eu puder assinar junto...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com toda a certeza, presidente... Também uma moção de congratulação aos policiais civis Aluísio Ney Timoteo

(investigador de Polícia Judiciária); Carlos Renato Ramos Nunes (investigador de Polícia Judiciária); José Tomaz de Souza (investigador de Polícia Judiciária); Marcelo Félix Soares (investigador de Polícia Judiciária); Marco Aurelio Jacintho Silva (investigador de Polícia Judiciária); Max Dourado Azambuja Andrade (investigador de Polícia Judiciária); Nilson Gonçalves Cáceres (investigador de Polícia Judiciária); Carlos Norberto Baez (escrivão de Polícia Judiciária) e Merson Além Blanco (escrivão de Polícia Judiciária), pelos 25 anos de bons serviços prestados à Polícia Civil de Mato Grosso do Sul e pela Progressão Funcional ao nível VI, no último dia 20. Tenho também uma indicação direcionada ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando em caráter de urgência, por meio de convênio ou execução direta no orçamento, a construção de um ponte de concreto sobre o rio Figueirão, na região conhecida como Ponte de Pedra, localizada na MS-223, no sentido de Figueirão. A presente demanda justifica-se no pedido do vereador Edegar José de Lima, da Câmara de Vereadores de Figueirão. Outra indicação à senhora Vanda Cristina Camilo, prefeita de Sidrolândia, ao senhor Carlos Alessandro da Silva, secretário municipal de Infraestrutura, solicitando que sejam empreendidos todos os esforços no sentido de promover a implantação de uma ligação terrestre de aproximadamente 500 metros, entre o travessão da Fetagri/MS e o assentamento Nazareth, situados no município de Sidrolândia; em atendimento à reivindicação da população local. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, bom dia. Bom dia, nobres pares, imprensa, quem nos assiste e ouve pela TV e Rádio Assembleia. É uma satisfação muito grande começar esta terça-feira de alto astral, rumo ao desenvolvimento. Lula chegou para mudar o Brasil... Senho presidente, pela ordem... Ontem eu recebi um vídeo da dona Nazária, do assentamento Eldorado, da sua cidade de Sidrolândia, presidente, o senhor deve conhecer, dizendo: "Oh, Zecão, olha eu aqui num supermercado! Estou comprando óleo de soja, que no governo passado estava quinze, agora estou pagando cinco. Olha aqui, seu Zeca, essa costela, que eu sempre quero levar para os meus filhos uma costelinha, pagava antes trinta, agora estou pagando quinze. Olha aqui, Zecão, esse fardo de cinco quilos de arroz: no governo passado eu pagava trinta e dois, estou pagando dezesseis." Essa é a minha alegria, ver o Brasil mudar para os mais pobres, cai o custo de vida, aumenta o salário mínimo, crescem os empregos e, grande detalhe, cai a arroba do boi, cai o dólar, cai a inflação, cai a soja e cai o milho. O povo começa a comer, deputado Pedro Kemp! O povo está vivendo mais feliz, deputado Rinaldo. Então estou muito contente, porque a carne do boi brasileiro, que antes era para alguns, agora é para o povão. O povão começa a comprar e comer picanha. Então, concluo a minha fala dizendo assim: Rumo ao desenvolvimento! Se antes tínhamos um presidente que ia lá fora xingar os outros, bater continência para a bandeira americana, agora temos um presidente, Pedro Kemp, que vai lá, aponta o dedo para o presidente da França e diz assim: "Vocês têm de discutir desigualdade". Que aponta o dedo direto, no mesmo nível, para o primeiro-ministro da Alemanha e diz assim: "Vocês têm de discutir a fome". Que aponta o dedo direto na cara do presidente americano e diz: "Nós temos de acabar com a guerra da Ucrânia". É esse Brasil que nós queremos, de paz, de desenvolvimento e de combate à fome e à miséria,

gerando emprego. E vem mais coisa por aí. Pedro Kemp, Gleice Jane, o presidente acaba de lançar o Farmácia Popular, o Mais Médico e o Minha Casa, Minha Vida... Agora eu vou apresentar minhas indicações, senhor presidente. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, ao diretor da Agraer, Washington, e ao secretário executivo Humberto, solicitando a viabilização de um veículo utilitário para atender às necessidades de transporte dos produtores oriundos da agricultura familiar da aldeia indígena Oliveira, para a comercialização nos mercados do município de Dois do Buriti. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente ao governador do estado, ao secretário de estado de Infraestrutura e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada de acesso aos assentamentos Santa Olga e São João, localizados no município de Nova Andradina. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. Vou apresentar três indicações. A primeira vai para os deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul, solicitando a viabilização de recursos da União para a aquisição de um playground modular infantil para atender às necessidades da Escola Municipal Novo Horizonte, no município de Amambai. Esse pedido é do vereador Paulo Sérgio. A segunda vai para o nosso secretário Pedro Arlei Caravina, solicitando o apoio do governo estadual para obras de recapeamento nas avenidas Jofre de Araújo e Irineu de Souza Araújo, no município de Nova Alvorada do Sul. A última indicação vai também para o senhor Pedro Arlei Caravina, solicitando um redutor de velocidade, tipo quebra-molas, na MS-147, no município de Fátima do Sul. Esse pedido foi feito pelos vereadores Laurindo Barba e Michel do Ceará. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas. Tenho algumas demandas que chegaram ao nosso gabinete de vários bairros de Campo Grande, e nós vamos encaminhar as respectivas indicações à prefeita Adriane Lopes. Mas antes, senhor presidente, permita-me externar aqui os nossos sentimentos de pesar pelo falecimento do pai dela. Vi pelas mídias sociais vários colegas se manifestando, nesse momento de dor e saudade que a nossa prefeita e família estão enfrentando. Perde o pai ainda muito jovem, com 71 anos, que faleceu anteontem. A nossa oração é para que Deus dê a ela e seus familiares força neste momento tão difícil... Bem, apresento então as três indicações ao diretor-presidente da Agetran, senhor Janine de Lima Bruno. Por último, senhor presidente, quero encaminhar um projeto de lei que chegou ao nosso gabinete através do corpo docente da UEMS, pela pessoa do seu presidente, professor Ismael; que dispõe sobre a carteira digital de identificação de docentes do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. É o que tinha, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas. Inicialmente quero apresentar uma moção de pesar aos familiares do senhor Paulo Félix da Silva, mais conhecido como "Paulo da Máquina". Era um grande amigo, partidário, que sempre se dedicou à construção político-partidária do nosso glorioso MDB, mas que infelizmente veio a falecer. Deixa uma história registrada na nossa querida Dourados. Todo mundo conhecia o Paulo da Máquina; morava na vila Vargas e por ali administrou a primeira venda local, como o vinha fazendo até o fim da vida, juntamente com sua senhora. Com esse comércio criou os filhos; deixa um legado de trabalho. Também, senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Procurador-Geral de Justiça, doutor Alexandre Magno Benites de Lacerda, solicitando a designação de um promotor titular para atender a Primeira Promotoria de Justiça, na comarca de Sete Quedas. Esse é um pedido da comunidade, da classe política, do prefeito, do meu amigo Chico Piroli, todos alegando que a falta desse promotor na comarca tem causado muitos transtornos, não só a Sete Quedas mas a toda a região. Outra indicação que vai para o secretário de estado de Infraestrutura, Hélio Peluffo, solicitando a cedência de um caminhão-caçamba para atender os agricultores familiares da gleba Santa Terezinha, localizada no município de Itaporã. Outra, para o senhor Washington de Souza, presidente da Agraer, solicitando a doação de sementes de milho, feijão, de ramas de mandioca, de batata, para apoiar o fortalecimento da agricultura do município de Porto Murtinho. Era isto, senhor Presidente... Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Gostaria de convidar os nobres colegas da Comissão de Meio Ambiente para uma reunião hoje, a partir das 14 horas, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputada Gleice, deputada Lia. Bom dia aos presentes a este plenário e a quem nos assiste pela TV Assembleia. Tenho duas indicações. Uma vai para o governador, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística e ao diretor-presidente do Detran, solicitando a reforma e ampliação da estrutura física do prédio que abriga o Detran, no município de Alcínópolis. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo vereador Valdeci Passarinho. Outra indicação, esta para o governador, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a implantação de uma Sala Lilás para o atendimento exclusivo à mulher vítima de violência doméstica e familiar, em Laguna Carapã. A presente indicação atende a um pedido formulado pela vereadora Alessandra Ribas de Araújo, daquele município... Pela ordem, presidente. A deputada Lia Nogueira já falou sobre a importância do evento que tivemos ontem, do

Dia Lilás, mas eu quero agradecer, em especial ao Ministério Público. Vieram aqui duas promotoras, doutora Aline e doutora Clarissa, discorrer acerca das fases da violência doméstica, o que foi muito importante para todas as mulheres que estavam lá. Agradeço também às palestrantes Kaká Ribeiro e Adjenane, que trouxeram um momento diferente para as mulheres no Dia Lilás da Assembleia Legislativa. Estou grata também a Vossa Excelência, senhor presidente, que nos deu todo o apoio, através desta Casa, para que pudéssemos convidar e receber aqui essas ilustres mulheres, para discutirmos um pouco mais sobre a violência doméstica — inclusive, quem o representou na tarde de ontem, foi a sua esposa, nossa primeira-dama do Legislativo, doutora Kátia. Então, meu muito obrigada a todos que participaram e que nos deram todo o apoio; em especial à equipe da Escola do Legislativo, que organizou o evento. Também, senhor presidente, quero parabenizar o presidente do Tribunal de Contas, Jerson Domingos, e o diretor do Idams [Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul], doutor João Paulo Lacerda, pelo evento ocorrido ontem lá no TCE, quando se falou da importância do direito administrativo; presentes representantes de várias prefeituras, do governo do estado. Foi um momento muito representativo e muito importante para a gestão, municipal como estadual, do Executivo do nosso estado. Inclusive esteve presente o ministro do Tribunal de Contas da União, doutor Benjamin Zymler, que discorreu sobre o assunto. A propósito, o presidente Jerson Domingos nos pediu, e eu trago esse pedido para Vossa Excelência, presidente Gerson Claro, que homenageássemos o ministro do Tribunal de Contas da União com o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense. O ex-deputado Jerson Domingos nos faz esse pedido, pelo trabalho que o ministro vem fazendo em prol da administração pública, do estado e do país. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, presidente. Bom dia, nobre colegas, a todos que acompanham a sessão de hoje. Apenas para complementar as informações dadas pelo deputado do PT quanto as coisas que caíram no Brasil. O Ibovespa caiu treze vezes consecutivas, batendo recorde aí dos últimos quarenta anos! A cesta-básica aumentou em quatorze capitais brasileiras no mês de abril de 2023. E o PIB teve um recuo de 0,3%, na previsão para 2023. Somente isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres deputados. Tenho algumas indicações. A primeira é ao governador Eduardo Riedel e à senhora Patrícia Casolino, secretária de estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, solicitando estudo de viabilidade do fornecimento do colar de girassol de faixa estreita, de tecido ou material equivalente, na cor verde, estampado com desenhos de girassóis, para pessoas com deficiência oculta, que não é identificada de maneira imediata por não ser fisicamente evidente. A justificativa é o acesso gratuito ao cordão de girassol para identificar pessoas com deficiências ocultas, como autismo, fibromialgia, doença de Chron, esclerose múltipla, auditiva ou de fala, entre outras. Pela



Lei Federal nº 5.486/2020, o uso do símbolo será opcional, e o exercício dos direitos da pessoa com deficiência não estará condicionado ao acessório. Da mesma forma, o símbolo não substitui a apresentação de documento comprobatório de deficiência quando solicitado. A Lei Estadual nº 172/2022 institui o uso do colar de girassol como instrumento auxiliar de orientação para a identificação de pessoas com deficiências ocultas. O cordão de girassol também busca oferecer mais assistência e segurança a essa parcela da população. No Brasil, o governo do Amapá é um dos estados pioneiros na adoção dessa iniciativa. Outra indicação, esta ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e à secretária municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana, solicitando: limpeza do terreno, com remoção de mato, lixo, entulho, localizado à rua Travessa dos Barbados, nº 210, no bairro Recanto Pantaneiro, atrás da distribuidora de bebidas Ambev; estudo de viabilidade quanto ao recapeamento de alguns trechos da MS-450, especialmente na extensão que vai do distrito de Palmeiras ao distrito de Piraputanga, nos municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti; e retirada do entulhos que se encontram na avenida Wilson de Paz de Barros, esquina com a rua 90, no bairro Nova Campo Grande — além de outras indicações, senhor presidente. Somente isso. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero fazer uma correção aqui da fala do deputado Rafael Tavares. Eu não sei em que site que ele viu essa informação... No agenciabrasil.ebc.com.br, vê-se o seguinte: "Cesta básica tem queda em 13 capitais em julho"... inclusive Campo Grande. Em Campo Grande a cesta básica caiu 4,37%. Outro site, do CPERS: "Dieese aponta queda de preço da cesta básica em dez capitais brasileiras". Outro, só para fundamentar ainda mais a informação, do Procon de São Paulo: "Cesta básica registra queda de 1,96%". Então precisamos informar em que site estamos nos baseando. Às vezes há sites aí duvidosos, como o [terrabrasilis](http://terrabrasilis.com.br), que só divulga *fake news*, só mentira. Mas a coisa é visível, eu vou ao supermercado toda semana, deputado João César Mattogrosso, e lá a gente sente isso, não precisa nem olhar site nenhum: está lá na gôndola, é visível a queda no preço dos alimentos. Então, embora alguns estejam torcendo para o Brasil dar errado, a gente tem de dizer aqui que está dando certo. Obrigado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado, presidente. O site em que embasei é o www.agencia.brasil.ebc.com.br. Está aqui: "Cesta básica tem aumento em quatorze capitais brasileiras no mês de abril"... E me esqueci de falar do aumento de 16% na gasolina e de 25% no diesel. Faz o "L"!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 04148/2023, 04144/2023). De autoria

do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 04141/2023). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 04122/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: uma indicação (Prot. nº 04135/2023); um requerimento (Prot. nº 04134/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 04123/2023, 04124/2023, 04125/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04126/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: seis indicações (Prot. nºs 04113/2023, 04114/2023, 04115/2023, 04117/2023, 04119/2023, 04118/2023); um requerimento (Prot. nº 04121/2023); duas moções de pesar (Prot. nºs 04116/2023, 04120/2023), um projeto de lei (Prot. nºs 04112/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 04129/2023, 04130/2023); uma moção de aplauso (Prot. nº 04131/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: um requerimento (Prot. nº 04128/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 04139/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 04140/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04150/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de resolução (Prot. nº 03907/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de aplauso (Prot. nº 04151/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 04142/2023, 04147/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 04153/2023); um projeto de lei (Prot. nº 04143/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: uma moção de congratulação (Prot. nº 04152/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nº 04127/2023, 04136/2023, 04137/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 04146/2023, 04149/2023).). Eu gostaria de fazer um comunicado em nome da Mesa Diretora: Está aprovado, deputado João César Mattogrosso (estou falando dos atletas aqui), deputado Lucas de Lima, deputado Zeca, está sendo lançada hoje uma ação que acontecerá no dia dos servidores públicos, 28 de outubro, no Parque dos Poderes. O comunicado diz o seguinte: "Já imaginou se todo mundo se juntasse para ter uma vida mais saudável? Pois é o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul. O governo do estado, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas se uniram para apoiar uma corrida com um objetivo maior: incentivar a prática esportiva, principalmente entre os servidores públicos. É a 'Corrida dos Poderes', que acontecerá no dia 28 outubro. O mais legal é que a inscrição não terá custo para quem for participar, basta doar um brinquedo novo, no momento da retirada do kit da corrida, que acontecerá um dia antes. Com isso, a solidariedade também será o mote dessa iniciativa, e todos poderão contribuir com a campanha de arrecadação de brinquedos do governo do estado de Mato Grosso do Sul, ajudando meninos e meninas a ter um Natal mais alegre e lúdico. Haverá caminhada de três quilômetros e corrida, esta com percursos de cinco e dez quilômetros — dez quilômetros é a do deputado João César. Todo mundo pode participar, mesmo quem não é servidor. O palco do evento não poderia ser outro, o Parque dos Poderes Governador Pedro Pedrossian, complexo que abriga as sedes dos Poderes em meio à natureza. Pode marcar na agenda, o lançamento oficial da 'Corrida dos Poderes' será no dia 13 de setembro, às 17h30, na Concha Acústica do Parque das Nações Indígenas. A informação de como fazer a inscrição será anunciada na ocasião. A corrida será no Dia do Servidor, 28 de outubro, com largada no estacionamento da Assembleia Legislativa. Uma iniciativa, lembro mais uma vez, do governo do estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, tendo por madrinha a primeira-dama Mônica Riedel, que é atleta, corre, grande incentivadora da prática de esportes. A realização da ação é da Federação de Atletismo de Mato Grosso do Sul. Queremos reafirmar que haverá por

parte de todos os Poderes um acompanhamento clínico, com treinamento, com professor de Educação Física, para que, daqui até 28 de outubro, a pessoa se prepare para a corrida. Depois da corrida, vamos acompanhar durante um ano como se comportarão os indicadores de saúde dos atletas." Então, a "Corrida dos Poderes" vem aí para marcar o Dia do Servidor Público, 28 de outubro, deputado João César. Já fez a inscrição?...

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Presidente, primeiro parabéns pela iniciativa. E fique tranquilo, que o que o nosso grande líder, o eterno deputado Londres Machado, correr, eu vou correr em dobro. Então já fica lançado aí o desafio... Mas eu pedi *pela ordem* para convidar os deputados para participar, amanhã, da Sessão Solene da entrega da Comenda da Primeira Infância, às 19 horas. Será um prazer contar com a presença dos colegas. Então, o que correr o deputado Londres, eu corro o dobro; e o que correr o deputado Zé Teixeira, eu não vou conseguir, porque este é atleta de primeira linha.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu acho que aqui não pode mexer com o nome do deputado Londres Machado. Então o deputado Londres Machado vai correr livre, e carregando sessenta quilos na cabeça.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi. Vossa Excelência tem trinta minutos.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Não precisa de tanto... Senhor presidente, colegas, população que nos assiste e ouve, e quem prestigia nossa Sessão com a sua presença. Primeiro lembro que a semana de 21 a 28 é consagrada, como acontece todos os anos, às pessoas com deficiência. E ontem, às oito horas da manhã, no início das atividades, estive presente na Apae de Campo Grande participando, fazendo um pronunciamento alusivo a esta semana. Fui lá especialmente para constatar a importância, a grandiosidade do trabalho realizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande; é uma satisfação saber que os recursos das emendas parlamentares muito contribuem para o desenvolvimento das atividades realizadas na instituição Apae. Parabéns à diretoria da Apae, parabéns a todos os profissionais que dedicam a vida, o melhor de si, no apoio, no atendimento às crianças e pessoas com deficiência. Segundo, senhor presidente, quero dizer que eu, o deputado Lucas de Lima, que é presidente da Comissão de Saúde, e a deputada Mara Caseiro, participamos na última quinta-feira, por delegação desta presidência, da reunião que trata do piso da enfermagem em Mato Grosso do Sul. Nessa reunião foi esclarecido o seguinte. Primeiro, pela publicação da Portaria nº 1135, ocorrida na quarta-feira, ficamos sabendo que o governo federal fará um aporte, nos cinco dias posteriores à publicação da dita portaria, de recursos da ordem de 4,6 milhões. Este é o aporte que o governo federal estará fazendo para Mato Grosso do Sul,

correspondente aos meses de maio, junho, julho e agosto deste ano, para que o governo do estado possa cumprir com o piso da enfermagem, do grupo da enfermagem em Mato Grosso do Sul. Lembrando que o piso não é apenas para o enfermeiro: é para o enfermeiro, para o técnico de enfermagem, para o auxiliar de enfermagem e para as parteiras. O valor do piso é de R\$ 4.750,00, para enfermeiro; 70% disso para o técnico, R\$ 3.600,00 aproximadamente; e 50% para os auxiliares e demais. Ao ser repassado o recurso, o governo do estado se comprometeu — e aqui realçamos lá a presença e a participação do deputado federal Beto Pereira, juntamente com a secretária de Administração, Ana Nardes, com o Síntese, o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, com a presença do seu presidente Bueno, com a assessoria jurídica, com o grupo técnico da secretaria —, se comprometeu a, tão logo o recurso seja depositado, transferido para o estado de Mato Grosso do Sul, no prazo quarenta e oito horas chamar a comissão para uma nova reunião, para deliberar sobre como será feito o repasse. E se houver a necessidade de folha complementar para que o estado cumpra, ainda neste mês, o piso, esta folha será feita; e se necessária a abertura de crédito suplementar no orçamento para revestir de legalidade o repasse, obviamente será esse pedido enviado a esta Casa de Leis, e aqui haverá o compromisso de tramitá-lo com a maior urgência, para que todos os servidores do grupo da enfermagem possam — ainda este mês — receber o seu piso correspondente aos meses de maio, junho, julho e agosto. É importante prestar esse esclarecimento para que todos que atuam na área entendam a situação, pois existem ainda muitas dúvidas... Para se chegar ao piso, será verificada a diferença entre este e a soma do vencimento base com as vantagens pecuniárias definitivas. A diferença que houver, deputado Zé Teixeira, para se chegar aos R\$ 4.500,00, será paga com esses recursos que foram repassados. Ainda não se sabe — e tão logo seja repassado o recurso, obviamente a secretária entrará em contato com o Ministério da Saúde para colher esta informação — a que título entrará esse recurso para completar o piso. Isto para os servidores públicos da saúde estadual, mas cada um dos municípios está também recebendo aporte de recursos para cumprir o piso. Outra coisa que cumpre salientar é que o STF, ao dar a decisão, Professor Rinaldo, inovou na legislação. Na verdade a lei concede o piso salarial ao grupo da enfermagem, a lei não trata de jornada, mas o STF, ao decidir, acresce que a jornada é de 44 horas. Obviamente houve já recursos interpostos por várias entidades do país, e deve haver ainda alguma mudança, porque a ação direta de inconstitucionalidade tramita ainda na suprema corte, o processo ainda não terminou. Houve, pois, essa decisão, mas como esta decisão foi, como dizemos no Direito, *extra petita*, obviamente a discussão ainda continua. Seja como for, o que já temos de definido, nessa reunião feita na última quinta-feira, é que, chegando os recursos, imediatamente o estado fará o repasse para que cheguem na ponta, na conta de cada servidor estadual do grupo da enfermagem, da saúde de Mato Grosso do Sul. Lembrando que os recursos repassados agora referem-se a quatro meses, serão repassados integralmente, referentes a maio, junho, julho e agosto.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só um minutinho, para eu concluir esta parte... Lembro mais uma vez que o recurso não poderá integrar a presente folha de pagamento, que já está fechada. Então será preciso, obviamente, uma folha complementar, e talvez a necessidade do envio de um projeto para esta Casa para a

abertura de crédito suplementar, para, como disse, revestir de legalidade o pagamento, em função do aporte financeiro dado pelo governo federal ao estado de Mato Grosso do Sul... Aparte concedido ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, estou aqui ouvindo o discurso de Vossa Excelência... Nada mais justo que a enfermagem ganhe bem, tenha um salário digno, dada a importância da carreira e a dedicação da categoria. Mas eu pergunto a Vossa Excelência, como que o governo federal cria um piso nacional sem saber como anda a saúde financeira municipal?!... Explico-me. No município há a saúde pública que incumbe ao município, há a saúde pública de encargo federal, e existe a saúde pública da iniciativa privada, certo? Então são três esferas alcançadas pelo mesmo projeto. O governo então manda o recurso, vão-se acertar os salários dos meses citados por Vossa Excelência, e eu lhe pergunto: isso é perene? ele vai mandar todo mês? ou depois que cobrir a diferença, e caso aprovado o piso no STF, a coisa fica de responsabilidade dos municípios?... Se for assim, surge um problema, a saber, que os municípios têm de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o concursado não pode ser dispensado. Então eu tenho a impressão, sem nenhum demérito, estou falando aqui como se fosse um gestor público, tenho a impressão de que há problema. Como que se cria uma obrigação em âmbito nacional sem saber como está a vida financeira do município, a vida do estado?!... Arruma-se a casa por quatro, cinco meses, e depois o problema é seu, você que resolve. E aí eu pergunto a Vossa Excelência: e o município que não suportar, lembrando que não pode dispensar?... Na minha visão, e posso até estar errado, isso aí vai criar embaraço nos municípios mais pobres do país — na minha visão.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Zé Teixeira, muito pertinente e apropriada sua colocação. É aliás a mesma preocupação da comissão. Ora, por enquanto vem um repasse na esteira de uma portaria, portaria que se refere tão somente ao aporte de recursos para quatro meses. Aí no meio da discussão, chegamos à seguinte conclusão: primeira vamos esperar chegar o recurso e vamos nos reunir com a secretaria. A secretaria se colocou à disposição para fazer a reunião em até 48 horas, para que tenha tempo de obter a informação do Ministério da Saúde sobre a que título se refere o recurso. Além disso, deputado Zé Teixeira, há outra discussão. O piso da enfermagem foi aprovado por lei no Congresso Nacional — é lei! Entretanto, em razão de uma ação direta de inconstitucionalidade, isso foi parar no Supremo. O Supremo deu uma decisão referendando a lei, inovando todavia do ponto de vista legislativo, acrescentando questões que não estavam previstas em lei. Portanto, vêm capítulos no Judiciário ainda, para a definição do texto legal da lei relacionada ao piso da enfermagem. Sem embargo disso, para honrar compromissos, o governo está repassando o recurso, lembrando que a portaria fala de recursos para quatro meses... O texto é confuso, porque você não sabe se os quatro milhões e seiscentos mil são relativos aos quatro meses, ou se a cada um deles, o que daria, neste caso, algo em torno de 17 milhões. Por isso que a espera pelo depósito, que deve ocorrer hoje (contando os cinco dias diretos, dá hoje, se úteis, dá na quinta-feira). Então, ou hoje, ou até quinta-feira, esses recursos serão transferidos, para, aí sim, depois de uma discussão, se fazer o repasse. Os compromissos assumidos pelo estado nessa reunião foram os seguintes. Primeiro, sentar-se com a representação da categoria, com a representação desta Casa, e definir o valor do repasse e quais são as parcelas a pagar.

Cumpra salientar que o Ministério da Saúde publicou uma cartilha onde fica definido que o piso base é o vencimento-base, são as parcelas definitivas, ou seja, as chamadas verbas remuneratórias, que o servidor carrega para a aposentadoria, excluídas, claro, aquelas que ele não carrega, isto é, as gratificações temporárias, que ele pode perder. Soma-se isso e o que ainda falta para se chegar ao piso, é pago com esses recursos, que vêm justamente para essa finalidade. Em princípio é lei, está aprovado; quando o STF definir a decisão integral dela, é que vamos conseguir responder à sua pergunta, deputado Zé, porque nós também não temos resposta.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Um aparte, deputado... Primeiro queria assinalar a importância desta Casa nesse processo. Nós aqui fizemos esse debate, há uma comissão acompanhando, e também fizemos uma audiência pública com representantes da Secretaria de Saúde, que foi fundamental. Queria ressaltar, além disso, o quão importante é garantir o piso salarial da enfermagem de modo que o trabalhador da enfermagem consiga se dedicar exclusivamente a um único emprego. Durante o período em que estive doente, eu conversava muito com as enfermeiras, com as técnicas de enfermagem, e quando uma se despedia no final do turno eu lhe perguntava "vai descansar?", e ela respondia "não, estou indo para outro plantão". É uma rotina contínua de trabalho, e essas pessoas não conseguem descansar. Então, o piso da enfermagem é fundamental para garantir qualidade de vida para os trabalhadores da enfermagem, de todos os setores. E também para ampliar o número de vagas de emprego, na medida em que, deixando de ter dois, três empregos, abrem-se oportunidades para mais gente — mas para isso o trabalhador precisa de um salário que lhe dê condições de ter uma vida digna, o que não acontece ainda hoje. Depois surgirá outro desafio, que é o seguinte. Com esse processo de defesa da enfermagem, outras categorias vão se levantar e dizer: nós também existimos. De modo que é fundamental esse debate da saúde, é importante garantir já o piso... Isso me faz lembrar o debate da educação, do piso do magistério, onde aconteceu a mesma coisa. Foi uma luta grande, conquistamos o piso em 2008, depois vieram as contendas judiciais, é só conseguimos definir realmente o piso em 2011. Então acredito que o debate judicial ainda vai longe, mas é fundamental que nesta Casa façamos a defesa para garantir um salário digno para o trabalhador da saúde, porque são essas pessoas que cuidam da gente quando a gente precisa de cuidado — e agora somos nós que precisamos cuidar delas. Obrigada, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu agradeço e incorporo seu aparte ao meu pronunciamento, deputada Gleice. Vossa Excelência toca num ponto que tem a ver justamente com essa inovação legislativa trazida pelo STF, que realmente acaba prejudicando esse processo. Todos sabemos que a lei que rege a categoria da enfermagem pressupõe uma jornada de 36 horas, o que possibilita ao trabalhador ter outro emprego e somar seus ganhos. Quando o STF coloca quarenta e quatro, ele vai ganhar o piso mas, por outro lado, acaba não tendo condições de trabalhar em dois lugares. Quer dizer, ele aumenta sua jornada (fixada na lei) e fica impedido de exercer uma atividade que lhe complemente a renda. Mas esse é um segundo problema, que acho melhor deixarmos para uma segunda etapa. O problema é de fato complexo, nós lá estivemos, foi uma discussão acalorada, seja como for, para que a discussão não se estenda tanto, vamos esperar o depósito do dinheiro, saber o que é destinado para quê, e trabalhar em cima disso. É melhor ter o dinheiro aqui, fazer o repasse, seja de mil, de

dois, de três, e depois fazemos os ajustes. É uma questão de construção, realmente, de ajuste. De qualquer forma, como diz a senhora, o primeiro passo está sendo dado. Então, o importante é esse empenho, o deputado Lucas de Lima, que é presidente da nossa Comissão de Saúde, a deputada Mara e eu estivemos lá; é muito importante realmente a participação efetiva da Assembleia nas discussões. Vamos continuar presentes, atentos, e estaremos lá à disposição para os novos embates, e assim vamos consolidando esse sonho em favor dos profissionais da enfermagem de Mato Grosso do Sul... Senhor presidente, tenho um terceiro tema que julgo de extrema importância. Hoje apresentei uma emenda constitucional, subscrita pelos demais integrantes da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fizemos a primeira reunião, e tivemos sorte de conciliá-la com a vinda do ex-presidente do CNPQ, ex-presidente da confederação de todas as fundações de ciência e tecnologia do país, mineiro, doutor nessa área, ex-reitor de uma universidade de Minas Gerais, estou falando do doutor Mário Neto Borges. Ele esteve presente participando desta primeira reunião, fizemos várias discussões, principalmente em torno do que esta Casa pode fazer, deve fazer, para que a ciência, a tecnologia e a inovação realmente avancem e tenham o suporte de uma legislação moderna, ousada, que as estimule em Mato Grosso do Sul, criando, em suma, um ambiente favorável para que isso aconteça. Portanto, como resultado da vinda do doutor Borges, de suas sugestões, hoje apresentamos já a proposta de emenda constitucional, que é simples, é verdade, apenas da alteração do nome — em vez de Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia, passa a ser Fundação de Amparo... Isto para não confundir, dado que somente uma fundação de amparo pode financiar projetos da iniciativa da ciência, tecnologia e inovação. Essa mudança de nome é para adequar a legislação a tudo que vem acontecendo de transformação no país com as demais fundações. Por isso esse projeto de emenda constitucional é hoje apresentado. Segundo, senhor presidente, nós iremos fazer uma segunda reunião, no mês de agosto não dá mais tempo, fica para o mês de setembro, para a qual vamos convidar todas as universidades nossas que fazem parte do Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (Crie); e as Embrapas, as fundações (Fundação Chapadão, Fundação MS), Sesi, Senai, Sebrae, com a liderança conosco — importante registrar — da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul, cujo secretário executivo é o Ricardo Sena; a Fundect; além de várias instituições da iniciativa privada que já desenvolvem trabalhos na área científica e tecnológica. Faremos uma grande reunião para discutir a elaboração da lei de inovação de Mato Grosso do Sul. É o primeiro passo; vamos iniciar todo esse processo de discussão, e com essa lei, obviamente, o intuito é que consigamos estruturar, criar um ambiente favorável para a ciência, tecnologia e inovação. O que é que precisamos fazer? Quais são as instituições?... Muita gente no estado, de forma isolada, está produzindo ciência e tecnologia, está inovando. Ontem, por exemplo, eu tive a oportunidade de fazer uma visita a um amigo de longa data, que é doutor nessa área tecnológica, que foi coordenador do curso de tecnologia na Uniderp, o Wanderlei, conhecido por todos por "Deco", proprietário da Nastec, que desenvolveu um produto único no mundo na área de eletricidade — único! Ele hoje tem registro nos Estados Unidos e noutros países; disse-me que, com seu invento, está presente na Colômbia, no Peru, agora em Portugal; semana passada o embaixador da Índia fez questão de conhecer os produtos, vai apresentá-lo para as concessionárias de energia elétrica indianas. Enfim, é muita gente, isoladamente, sem amparo, sem apoio, e mesmo assim estão trabalhando. Imaginem se conseguimos aqui construir uma legislação

moderna, uma legislação que estimule, uma legislação que encoraje os investimentos no empreendedorismo nessa área de ciência, tecnologia e inovação, em parceria com aqueles que produzem conhecimento!... Este é o grande objetivo da comissão. Por isso quero agradecer aos nobres pares que participam, por acreditarem que nós, através do nosso mandato, de cada um e na somatória deles, em parceria com universidades, podemos realmente construir um ambiente diferenciado, um ambiente em que o poder público incentive. Que possamos realmente dar as mãos, porque ciência, tecnologia e inovação não é mais futuro: é presente, e é esse presente que nós queremos. Oxalá possa nosso estado ser o primeiro no país. Temos o marco legal da ciência e tecnologia federal, aprovado recentemente, e nós, através da nossa legislação, queremos fazer com que nosso estado seja o primeiro a ter o marco legal da ciência e tecnologia, e com isso atrair para cá os investimentos para construirmos, quem sabe, centros de difusão tecnológica. São sonhos, mas sonhos que podem virar realidade se construídos em parceria com aqueles que detêm o conhecimento; se assim for, com certeza haveremos de avançar, e muito, no desenvolvimento do nosso Mato Grosso do Sul. É só, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradecemos a presença da senhora Patrícia Panachuki, secretária de Saúde do Município de Aquidauana. Também agradecemos a presença do senhor Elói Panachuki, coordenador especializado da Câmara Técnica de Agronomia do Crea de Mato Grosso do Sul. Gostaria também, antes da Ordem do Dia, de fazer um convite. "Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio dos parlamentares da Décima Segunda Legislatura, convida para a Sessão Solene de outorga da Comenda do Mérito Legislativo, e dos trinta anos do Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Quarta Região, que se realizará hoje às 19 horas, aqui no Plenário Júlio Maia. Portanto teremos hoje uma homenagem, deputado João Henrique, Vossa Excelência que é advogado, aos trinta anos do Tribunal Regional do Trabalho (todos os homenageados do Tribunal Regional do Trabalho).

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Gostaria de convidar os nobres colegas para participar hoje de uma discussão na Comissão de Meio Ambiente, e não só os seus membros, porque teremos, deputada Gleice, uma explanação de um técnico da Embrapa sobre a presença de agrotóxico na água de Dourados. Ele vai nos apresentar as informações, os dados, na comissão. Todos os deputados estão convidados. Também teremos a apresentação do presidente do Imasul com relação a questões sobre a lei do Pantanal, a viagem dele para Brasília e sobre o decreto suspendendo a supressão vegetal. Então, os deputados que quiserem participar, é a partir das 14 horas, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Atendendo à questão de ordem de "pé de ouvido" do deputado João Henrique, ainda no Grande Expediente, concedo-lhe a palavra. Vossa Excelência dispõe de oito minutos, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — A questão de ordem "ao pé do ouvido" é nova, é o deputado João Henrique sempre inovando. Já houve o "pela ordem rapidinho", agora é o "pela ordem ao pé do ouvido... Mas, senhor presidente, colegas parlamentares, tem sido muito abordada na mídia, nas redes sociais dos deputados, como a do deputado Rafael Tavares, a questão da Cassems. A Cassems tem uma função híbrida, e ela não pode ser privilegiada. Não pode ser privilegiada quando pede socorro ao poder público. Então, senhor presidente, nós temos nesta Casa, e está na Constituição estadual, deputada Lia, deputado Neno, a obrigatoriedade, quando utilizado recurso público, de fazer uma prestação de contas detalhada, de todas as verbas, dos descontos, etc. É assim, por exemplo, na Comissão de Saúde, da qual faz parte o deputado Lucas de Lima, é assim com qualquer gestor. Então não existe isto de um gestor receber a monta de um bi por ano de recursos provenientes, descontados do erário, repassados, internalizados, e não vir a esta Casa prestar contas. O presidente da Cassems já disse que é favorável a qualquer prestação de contas, e o que o público não está entendendo é como que se promove uma injeção, um socorro, quando havia superávit, de recurso público na Cassems, e o desconto fica de apenas dez reais — o público não entende por que está sendo só nesse valor. Será que há condições de avançar nisso? Porque o servidor não quer pagar essa conta, não quer pagar um real, deputada Lia... Nós fizemos uma emenda ao projeto de subsídio à Cassems, Coronel David, para que haja na lei uma determinação bem clara, para que não precise o deputado João Henrique, o deputado David, o deputado Rafael, vir pedir favor à Cassems. Já que está recebendo uma ajuda que está saindo de dentro da nossa Casa, que ela então preste contas. Então eu quero agradecer aqui aos deputados que assinaram a nossa emenda ao projeto autorizando o Poder Executivo a abrir o crédito. "Para o devido cumprimento no disposto no *caput*, fica-se obrigado a fazer uma prestação de contas detalhada dos valores recebidos e repassados à Cassems provenientes de recursos públicos, com a publicidade dos contratos e a devida prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado e à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul". Isto para que possamos viabilizar o controle externo e o controle interno, que é de cada órgão. Então, publicamente, gostaria de agradecer aos deputados que assinaram a emenda: deputado Rafael Tavares, deputado Neno Razuk, deputado Coronel David, deputado Lucas de Lima, deputada Lia Nogueira, deputado Zé Teixeira, deputado João César Mattogrosso, deputada Mara Caseiro, deputado Rinaldo...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a emenda, quero crer que haverá a aquiescência, o apoio dos colegas ao projeto de Vossa Excelência. Em sendo assim, pode colocar a minha assinatura também.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço publicamente ao presidente pela criação da jurisprudência "ao pé do ouvido"; assim assina o deputado Professor Rinaldo e agora vem o próprio presidente dar estabilidade aos precedentes, ao assinar conosco a emenda... Concedo o aparte ao deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Deputado João Henrique, quero aqui somente parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa. Fico muito feliz em saber que a Assembleia Legislativa tem cada vez mais deputados interessados numa maior transparência da Cassems. Apenas coloco aqui uma interrogação... Ontem estive lá na Santa Casa, conversei com a doutora Alir, com a equipe técnica do hospital, e lhes fiz uma pergunta cuja resposta me deixou pensativo. Perguntei quanto que a casa gastava de publicidade por ano. Resposta da doutora: zero reais. Então, a propósito do requerimento feito por Vossa Excelência, para maior transparência dos contratos de publicidade da Cassems, que gasta quase cinco milhões de reais por ano com propaganda, fica aí o contraste. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo agora o aparte ao deputado Neno Razuk, não sem antes agradecer ao deputado Marcio Fernandes, que também subscreve verbalmente.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Deputado João Henrique, agradeço o aparte. Eu só queria ressaltar o meu apoio ao seu projeto de transparência da Cassems. Quero lhe dizer que na última sessão eu fiz aquela crítica e recebi muitos comentários dos servidores me apoiando, foi muita gente entrando na rede social para apoiar. Acho que o deputado Pedro Kemp me entendeu mal quando disse que me sentia um palhaço (não me dirigia a Sua Excelência). Mas sim, eu me sentia, e recebi o mesmo comentário de todos os servidores: todos os servidores estão se sentindo como palhaços, por terem de pagar quarenta e cinco reais... Na verdade não, agora são trinta e cinco... Grande vitória a nossa! Quer dizer que o servidor continua tendo que pagar e ainda por cima o governo faz aporte, em vez de investir na Santa Casa, que está precisando, em vez de investir no hospital em Dourados, que está precisando. Lá em Dourados cansei de ver atraso no repasse; o secretário Geraldo Resende atrasava por pirraça com a gestão passada, por ter perdido a eleição; ele atrasava o repasse para o nosso hospital, para a saúde de Dourados... Agora o governo vai dar de mão beijada para a Cassems 60 milhões e ainda haverá aumento para o servidor?!... Continuo me sentindo palhaço! assim como todos os servidores. Ninguém quer pagar. Se o governo vai repassar, então que seja sem nenhum ônus para o servidor, que o servidor não pague nenhum real. Isto sim. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Concordo com Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, Vossa Excelência dispõe de dois minutos para encerrar.

DEPUTADO JOAO HENRIQUE (PL) — Agradeço e concedo o aparte ao deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Quero parabenizar Vossa Excelência pelo projeto da transparência. Enquanto presidente da Comissão de Saúde, quero dizer que o governo, através da Secretaria de Saúde, vem a cada quatro meses aqui na Assembleia prestar contas de tudo que faz e investe no estado. Por que não a Cassems vir aqui também dar essa transparência para a população, principalmente ao servidor? Quero dizer ao governo do estado que também precisamos voltar os olhos ao Hospital Regional de Campo Grande, que está praticamente um caos: falta remédio, até dipirona, falta leito, falta maca. Então, enquanto se investe na Cassems, que já tem a sua mensalidade para bancar o sistema, o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul — que é em Campo Grande, que atende toda a população do estado, as demandas do interior vêm todas para cá, que é 100% gratuito —, enquanto isso o Hospital Regional padece, refém desse sistema, está praticamente um caos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Concedo o aparte à deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Deputado João Henrique, parabéns pela iniciativa. Justa iniciativa. Porque de tudo que envolve dinheiro público, dinheiro do povo, há que se fazer uma prestação de contas. Não se trata de punição, muito pelo contrário. Então quero parabenizá-lo, mas quero dizer também que o governo de Mato Grosso do Sul está sendo sensível à situação da Cassems, deputado Gerson Claro, nosso nobre presidente. Naquele momento terrível da pandemia a Cassems foi fundamental, nobre decano Londres Machado, para atender a todos esses usuários; e agora, o governo entendendo a complexidade da situação, concede esse socorro... Tenho certeza que o presidente Ricardo Ayache, de forma transparente, com toda a lisura, virá aqui prestar contas de como esse dinheiro será empregado. É como já dissemos na comissão formada por este Parlamento, presidida pelo nosso decano: não vamos maquiar números, tudo será feito de uma forma muito transparente, muito clara. É isso que a população de Mato Grosso do Sul espera de todos nós. Este, sim, é um debate democrático que temos de travar no Parlamento. Muito obrigada. Parabéns, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo o meu tempo de conclusão de fala ao deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Obrigado, deputado João Henrique. Primeiro deixe-me cumprimentá-lo pela emenda apresentada, que expressa com certeza o sentimento da maioria dos deputados da Casa, Vossa Excelência realmente faz algo que a nós incumbe fazer, que é fiscalizar; fiscalizar, no caso, o dinheiro público que está sendo remetido pelo governo do estado para o atendimento da Cassems. No entanto, em que pese o brilhantismo com que se houve esta Casa na intermediação da questão junto ao governo do estado, é necessário, além da prestação de contas aqui, fazer com que esse dinheiro seja empregado na diminuição da contribuição do servidor. Nós não podemos aceitar que os 60 milhões encaminhados pelo governo só puderam fazer frente a dez reais de alívio na contribuição do servidor. Então, deputado João Henrique, eu entendo que é extremamente importante a sua emenda, mas é importante também que a Cassems sinta hoje o sentimento da Assembleia Legislativa, ou seja, se não houver uma redução acentuada, ou mesmo a



extinção desse valor, dificilmente esse projeto de lei será aprovado nesta Casa. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Incorporo na íntegra o aparte de Vossa Excelência. Parabéns pelo discurso. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM do DIA**. Solicito ao segundo secretário que faça a recomposição do quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para a deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 067/2023. Autora: deputada Lia Nogueira. "Dispõe sobre a realização de exames ou procedimentos que induzam à inconsciência total ou parcial de paciente mulher por unidade de saúde do estado de Mato Grosso do Sul." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 067/2023 de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim, presidente, e aproveito para agradecer aos colegas pela aprovação por unanimidade na última sessão. Agora, sim, o projeto vai virar lei, e está sendo muito bem recebido em Mato Grosso do Sul; podemos fazer uma campanha bem bacana com relação a isso. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo secretario sobre o resultado da votação.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade dos presentes. Vai ao Expediente. Parabéns, deputada Lia Nogueira. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 026/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 026/2023, de autoria do Deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto de autoria do deputado Neno Razuk, por unanimidade, que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao doutor Marcos Francisco Perassolo. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 209/2023. Autor: deputado João César Mattogrosso. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção Animal 'Sueli Craveiro – Cão Feliz', com sede e foro no município de Campo Grande." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 209/2023, de autoria do Deputado João César Mattogrosso.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?



DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado pela unanimidade dos presentes. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 218/2023. Autor: Poder Judiciário. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.687, de 9 de junho de 2009." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu queria aqui enaltecer a iniciativa do Tribunal de Justiça do nosso estado, que está incluindo a contratação de antropólogos para o TJ, uma vez que temos hoje no sistema penitenciário muitos indígenas detidos cumprindo pena; e também, nas Uneis [Unidades Educacionais de Internação], adolescentes indígenas cumprindo medidas socioeducativas. E há uma reclamação muito grande da comunidade indígena, se queixando que não há profissionais especializados para atender essas pessoas das comunidades indígenas envolvidas em processos judiciais, algumas até cumprindo pena. É preciso que haja um



profissional antropólogo que entenda das especificidades das comunidades indígenas, da cultura indígena, que entenda o modo de viver dessas comunidades, que possa participar efetivamente desses processos, dando suporte para essas pessoas, garantindo-lhes inclusive o devido processo legal, afinal essas pessoas têm o direito de acessar a justiça e de ter uma proteção por parte do estado. Então eu quero enaltecer essa importante iniciativa do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, para incluir nos seus quadros profissionais que possam dar assistência às pessoas das comunidades indígenas envolvidas nesses processos. Faço questão de fazer o registro, presidente. É um avanço essa iniciativa do nosso TJ de Mato Grosso do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 218/2023, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?



DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 3 requerimentos, 12 indicações e 3 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moção de pesar. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Sergio Batista Tabosa. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Não há manifestação externa. Passemos



às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Solicito ao primeiro vice-presidente que assuma a presidência, em razão de agenda com o nosso deputado federal Polon e com o general Braga Neto agora na Presidência. Passo a palavra ao deputado Renato Câmara.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Londres Machado. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Deputado Zeca do PT. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Lidio Lopes. Transferida. Pedindo a proteção de Deus, e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrado a presente Sessão (11h18min).